

Como medir classe social nos grupos populacionais mais velhos?- algumas reflexões teóricas e metodológicas a partir do conceito de classe social

Alexandra Lopes, PhD

Departamento de Sociologia da FLUP

Instituto de Sociologia da UP

Introdução

Se há algo que tem caracterizado a investigação científica no domínio geral dos estudos sobre o envelhecimento é o seu carácter multidisciplinar. A multidisciplinidade, enquanto princípio aceite como um traço de força na produção de conhecimento, não surge isenta de riscos, o mais sério deles, eventualmente, aquele que decorre da apropriação de teorias e conceitos por disciplinas diferentes daquelas onde os mesmos tiveram origem, apropriação amiúde feita sem significativo investimento teórico. O uso do conceito de classe social, no universo geral dos estudos sobre o envelhecimento, é um bom exemplo desse tipo de riscos associados a práticas de investigação de tipo multidisciplinar, risco agravado neste campo concreto por se tratar, além de multidisciplinar, de um campo de trabalho muito empiricista.

A Sociologia, por seu turno, não tem contribuído para impedir a pulverização do conceito de classe social na forma como é apropriado por outras disciplinas que marcam o universo dos estudos sobre o envelhecimento. Isto deve-se, sobretudo, à marcada ausência de aprofundamentos teóricos no domínio das teorias sobre as classes sociais capazes de acomodar um conjunto de novas dinâmicas sociais, entre as quais o envelhecimento demográfico e suas consequências em termos de reconfiguração do espaço social.

Este artigo surge, em larga medida, da necessidade de refletir sobre as potencialidades e as limitações do conceito de classe social tal como tem vindo a ser operacionalizado em investigação que foca a população mais velha e de avançar com formulações alternativas dessa mesma operacionalização.

(...)

1. O conceito de classe social no domínio dos estudos sobre o envelhecimento

As grandes teorias que alimentariam todo o desenvolvimento conceptual no domínio das classes sociais surgiram num tempo e num contexto social marcado pela juventude e dinâmica demográfica. Muito centradas nas problemáticas próprias das sociedades modernas emergentes do capitalismo industrial, as várias teorias sobre as classes sociais tenderam, desde os primeiros tempos, e no seguimento das tradições inauguradas por autores como Marx ou Weber, a assumir como população empírica de referência a população trabalhadora, em idade ativa. De forma não supreendente, os idosos, com um peso pouco relevante nas estruturas demográficas, à semelhança de outras categorias populacionais fora do mercado de trabalho, como por exemplo os portadores de deficiências, foram relegados para as margens da teoria sociológica de classes. Além disso, sendo um grupo marcado de forma desproporcional pelo sexo feminino, e dadas as estruturais dificuldades presentes num número significativo de escolas teóricas em acomodarem devidamente a questão de género, não se constituiu em objeto empírico de interesse para as teorias das classes sociais.

O conceito de classe social, no entanto, e independentemente das suas formulações teóricas, permanece bem firme no seu papel de protagonista no domínio da análise social e de tal forma assim é que hoje o encontramos como conceito de referência em muitas discussões fora das fronteiras disciplinares da Sociologia. No entanto, e apesar das reconhecidas reconfigurações demográficas profundas das sociedades modernas, não tem sido palco de aprofundamentos e revisões teóricas motivadas pela necessidade de tornar o conceito mais operante nesse grupo populacional. Pelo contrário, tem vindo a ser incorporado de forma acrítica nos modelos de análise no domínio da gerontologia, da política social e da própria sociologia do envelhecimento, nos formatos que têm sido assumidos como standard na teoria social.

Em termos mais gerais, podemos identificar duas grandes orientações na forma como o conceito de classe social tem marcado presença nos estudos sobre o envelhecimento. Uma delas coloca-o do lado das variáveis dependentes e procura discutir a forma como o envelhecimento, enquanto elemento estruturante de

discriminação, atua como factor de mobilidade social descendente. A outra acentua o lugar de classe social entre o leque de variáveis independentes e procura, sobretudo, perceber as dinâmicas de desigualdade na velhice e as suas raízes de classe.

Particularmente marcante na tradição europeia, a leitura que privilegia a identificação das modalidades através das quais o processo de envelhecimento tem impacto nas posições de classe tem testemunhado alguns desenvolvimentos, sobretudo no domínio da Sociologia do Envelhecimento. O foco central desta abordagem é a dinâmica de mobilidade social descendente que é despoletada pelo processo de envelhecimento, sobretudo nas fases mais avançadas da linha etária. Autores alinhados com este tipo de matriz enfatizam os impactos de um conjunto de eventos e condições que emergem com a idade mais avançada e que concorrem para uma posição menos favorável no espaço social hierarquizado. Entre esses eventos e condições incluem-se a saída do mercado de trabalho, a perda de rendimento, a emergência de problemas de saúde e de dependências ou, ainda, a viuvez, particularmente entre as mulheres.

Esta matriz tem estado muito presente nos estudos sobre discriminação e desvantagem associados à velhice e tem dado o mote a um conjunto interessante de projetos de investigação que procuram perceber, empiricamente, como é que a variável classe social se comporta à medida que avança a idade e, sobretudo, já após a entrada na fase da velhice (refs.)

Uma abordagem diferente é aquela que encontramos num conjunto diversificado de contributos, a maioria com uma marcada vocação empiricista, ligados à análise das desigualdades entre a população idosa, e que tende a tomar o conceito de classe social, frequentemente sob o rótulo de estatuto socioeconómico, como uma das variáveis independentes com poder explicativo sobre essas desigualdades. Esta é uma matriz muito presente nos estudos sobre a saúde e a deterioração do estado de saúde dos idosos, sobre a emergência de dependências, o acesso a cuidados, mas também em estudos sobre as determinantes sociais de uma multiplicidade de comportamentos e estados de vida, desde aqueles ligados à felicidade, à solidão, à violência, até aos mais ligados às questões de participação política, comportamentos de lazer, entre outros (refs.).

Quer num caso, quer no outro, porém, os diferentes autores têm vindo a chamar aos seus quadros analíticos as formulações conceptuais e operacionais de classe social que se impuseram, de forma mais clara, como referências dominantes na Sociologia das Classes e da Estratificação Social.

Num conjunto significativo de trabalhos, sobretudo de autores mais próximos da tradição norte-americana, tem sido chamada como matriz teórica grelhas de inspiração marxista, sobretudo subsidiárias das tipologias de classes de Olin Wright. Classes sociais, neste quadro, são conceptualizadas enquanto localizações estáveis e estruturalmente determinadas na esfera das relações sociais de produção, o que significa, para a população idosa, que medir classe é feito a partir da última posição registada no mercado de trabalho, trabalhando-se com os indicadores clássicos que classificam relações com os meios de produção e relações com os meios de controle/autoridade.

Em autores mais próximos da tradição europeia, sobretudo aqueles mais influenciados pela escola britânica da estratificação social, têm sido utilizadas tipologias de classe inspiradas na tradição weberiana, embora com matizes marxistas como é o caso da largamente utilizada tipologia de Goldthorpe. Nestes autores, classe social é derivada a partir de classificações de profissões, sendo frequentemente designada como estatuto socioeconómico. Na base desta abordagem está o pressuposto de que as sociedades contemporâneas são sistemas hierarquizados de prestígio e poder, sendo estes que largamente determinam as condições de existência dos indivíduos.

Sem entrarmos em discussões sobre as raízes e as implicações mais doutrinárias das diferentes propostas, e muito menos sem entrarmos em detalhes sobre as versões mais particulares que se têm desenvolvido em diferentes contextos nacionais (como é o caso, em Portugal, da tipologia ACM), o argumento central que se pretende discutir neste texto é o de que a utilização das tipologias de classes, tal como foram definidas originalmente e tendo como referência a população ativa, tem-se traduzido em dificuldades e paradoxos que reclamam alguma revisão teórica e metodológica sobre o conceito de classe social.

2. Dificuldades e paradoxos na performance das tipologias de classe social aplicadas à população idosa

Uma primeira questão a discutir poderia ser colocada nos termos seguintes: qual o valor de usar como instrumento de medida de classe social indicadores relativos ao percurso no mercado de trabalho mesmo depois de o indivíduo ter saído do mercado de trabalho?

Independentemente das perspectivas teóricas que se adotem, a ligação da classificação em classes sociais à posição no mercado de trabalho sustenta-se no princípio de que os indivíduos estão ligados, de formas distintas, aos mecanismos de criação de rendimento e que essas diferentes modalidades representam, objetivamente e/ou subjetivamente, oportunidades económicas diferentes e/ou domínios diferenciados sobre os recursos que, por sua vez, definem condições de vida, formas de participação, interesses, etc. A utilização da última posição no mercado de trabalho como indicador para classificar a classe social do idoso aparece, nesse sentido, como o melhor *proxy* para o que foi o percurso do indivíduo no mercado de trabalho e o conjunto de oportunidades que teve (ou não teve) para adquirir domínio sobre um conjunto de recursos, materiais e imateriais, que definem a classe social que foi definida durante o percurso no mercado de trabalho.

Esta ligação essencial de classe social à esfera das relações de produção ou das profissões estendida à população idosa assenta numa permissa fundamental – a permissa da reprodução na fase final da vida, após a saída do mercado de trabalho, das condições que definiam o momento em que essa saída ocorreu. Ora, é com esta premissa e com as condições da sua validade que nos temos debatido desde há algum tempo, e isto por três motivos principais.

Em primeiro lugar, vêm-se acumulando tensões nas dinâmicas do mercado de trabalho que concorrem para a alteração profunda nas modalidades tradicionais de saída do mercado de trabalho dos trabalhadores mais velhos. Até meados da década de 90 do século passado era possível identificar, com alguma clareza, três percursos principais para a saída dos trabalhadores mais velhos do mercado de trabalho: benefícios sociais por desemprego; benefícios sociais por invalidez e benefícios por pensão antecipada. Estes diferentes mecanismos eram, com frequência, usados de

forma combinada e como estratégia para a passagem gradual a um estatuto de pensionista de velhice com acesso à totalidade da pensão. Ora, nas últimas duas décadas, e apesar dos discursos políticos em alguns momentos contraditórios, tem-se assistido a uma pressão significativa para acabar com esta «cultura de saída do mercado de trabalho», vindo progressivamente a diversificar-se o estatuto com que se sai e como se sai do mercado de trabalho, sobretudo entre os trabalhadores mais velhos.

A medição da última posição registada no mercado de trabalho como indicador de classe social, num momento de profunda reformulação das dinâmicas do próprio mercado de trabalho, concorrentes para um amplo questionamento sobre as noções tradicionais de carreira e percurso profissional (tendencialmente assumido como estável no âmbito das variadas escolas das classes sociais), tem, previsivelmente, uma capacidade relativamente fraca para discriminar de forma satisfatória algumas das condições centrais da ligação ao mercado de trabalho que estão na base das próprias tipologias.

Estas alterações nas dinâmicas do mercado de trabalho, por sua vez, estão fortemente relacionadas com uma outra ordem de mudanças que se inscrevem num movimento geral de recuo no domínio das políticas sociais. Alguns autores têm inclusive avançado com projeções sobre os impactos estimados na população idosa dos recuos que se têm verificado nos tradicionais sistemas de proteção social, e de pensões em particular, sendo todos unânimes na observação de que a capacidade para os idosos se adaptarem ao recuo dos benefícios sociais dependerá, em boa medida, da sua capacidade para gerarem recursos fora da moldura da proteção social. As tipologias de classe social mais utilizadas assentam nesta segunda premissa: a de que as molduras institucionais de proteção social, elas próprias definidas no domínio das relações sociais de produção, garantem, em larga medida, a reprodução após a saída do mercado de trabalho das condições gerais em que foram definidas. Ora, com as alterações e recuos acentuados no domínio dos instrumentos tradicionais de proteção social, no passado tendencialmente muito protetores da população pensionista, o reconhecimento das estratégias que foram (ou não foram) desenvolvidas em alternativa à proteção social disponível no quadro das políticas públicas não será

satisfatoriamente feito se baseado exclusivamente na última posição no mercado de trabalho.

Uma terceira ordem de mudança estrutural, com implicações também para o domínio das classes sociais, é aquela que remete para o domínio das estruturas familiares. O ideal-tipo de família que serviu como referência para muitas das classificações de classes sociais mais aceites (a família com pai, mãe e filhos) é cada vez menos a norma. A grande implicação destas alterações no domínio específico das classes sociais tem a ver com a forma como coloca em causa a premissa de que a classe social constituída ao longo da vida ativa se reproduz, via estruturas familiares estáveis, na velhice. Isto torna-se particularmente sentido quando se discute a classificação da classe social das mulheres idosas, onde não só é elevada a incidência de viuvez mas onde a classificação ligada à unidade familiar e ao laço marital é cada vez mais questionável face a percursos amiúde pulverizados em termos de estruturas familiares.

Prova de que a performance das tipologias clássicas de classe aplicadas à população mais velha fica aquém do que se esperaria são os já numerosos trabalhos de investigação de um conjunto de autores que têm demonstrado como os efeitos de classe social não se mantêm estáveis, por vezes aparecendo com sentidos paradoxais. Exemplo disso são os trabalhos de Taylor e Ford (1983), desenvolvidos junto a algumas comunidades de idosos na Escócia, que demonstram como os efeitos de classe social na distribuição de um conjunto de recursos pessoais (financeiros, sociais, saúde, emocionais, entre outros) não são constantes ao longo da linha etária. Ou seja, a classificação produzida a partir do último indicador de ligação ao mercado de trabalho aparece a produzir uma classificação de tipo estático que não consegue acomodar os próprios processos de mobilidade social que marcam, de forma distinta, os indivíduos mesmo depois da sua saída do mercado de trabalho.

Na mesma linha aparecem, também, os trabalhos de Walker (1981), autor que demonstrou a importância dos efeitos interactivos dos impactos de classe social, numa série de dimensões da vida, com os motivos para saída do mercado de trabalho (reforma antecipada por desemprego; reforma antecipada por problemas de saúde; reforma devido a reestruturações de setores profissionais ou por obsolescência de profissões).

A pergunta lógica que se segue, naturalmente, é: que alternativas para medir, então, classe social na população idosa?

3. Operacionalizações alternativas de classe social na população idosa

Para discutir possíveis alternativas de operacionalização do conceito de classe social na população idosa, impõe-se definir, primeiro, porque queremos medir classe social.

Uma vez mais, e propositadamente, sem entrarmos em discussões aprofundadas sobre as diferentes agendas teóricas que atravessam as diferentes teorias de classes sociais, podemos identificar, no âmbito dos estudos sobre o envelhecimento, algumas abordagens dominantes. Uma das que se tem imposto e generalizado nos estudos de natureza mais empírica toma o conceito de classe social como posição objetiva que os indivíduos ocupam em distribuições de desigualdades, com enfoque maior nas desigualdades materiais. Esta é uma abordagem que, de alguma forma, envolve medir um gradiente que se materializa em recursos que estão divididos de forma desigual. Complementar desta, está a abordagem à classe social que vê nesta um elemento estruturante das possibilidades que os indivíduos têm (não têm) ao longo da vida. A discussão aqui centra-se no tema das vantagens e desvantagens que se acumulam em diferentes lugares de classe e em como esse processo de acumulação de vantagens e desvantagens se acentua à medida que avança a idade. Trata-se de uma leitura que procura ser de tipo mais dinâmico, embora assuma que esses trajetos de acumulação de vantagens e desvantagens, ao estarem essencialmente determinados pelos trajetos dos indivíduos no mercado de trabalho, podem ser satisfatoriamente captados a partir da última posição do indivíduo nesse mercado.

Ou seja, o que os investigadores têm procurado com o conceito de classe social e a utilização das tipologias de classe clássicas é uma medida que permita medir não só a capacidade de controle de recursos uma vez chegados à velhice, mas também as trajetórias de acumulação de vantagens e desvantagens que condicionam a forma como esse controle sobre recursos se adquire e a quantidade e durabilidade desse controle e desses recursos.

O que sugerimos como hipótese é que a instabilidade da performance das tipologias de classe mais tradicionais quando aplicadas à população idosa tem a ver, em parte, com a sua performance limitada enquanto medida do tipo de grandeza que se pretende medir nos termos enunciados no parágrafo acima. Isso tem a ver, sobretudo, com o facto de os recursos sobre os quais se adquire controle e as condições que favorecem uma maior ou menor acumulação de recursos ao longo da vida não se definem exclusivamente no mercado e no seio das relações sociais de produção. Forjam-se, também em dimensões que, não sendo independentes da primeira, adquirem particular centralidade enquanto dimensões geradoras de recursos na fase da velhice. Entre essas dimensões assumem particular centralidade, por razões e em formatos que discutiremos de seguida, as configurações institucionais ao nível das políticas sociais e dos mecanismos de proteção social, e as estruturas familiares e comunitárias.

De forma mais sistematizada, a nossa proposta é a de considerar a combinação de dimensões na definição da posição de classe, entrando em linha de conta não só com uma versão mais dinâmica das trajetórias do indivíduo no mercado de trabalho, mas também com indicadores de posse de diferentes tipos de capitais que, combinados, definem as coordenadas da posição que cada indivíduo ocupa no espaço social.

3.1. Indicadores de trajetórias no mercado de trabalho

A lógica a seguir alinha, de forma genérica, com a seguida pelos índices de status ao longo da vida e retoma os fundamentos das tipologias de classes de influência weberiana. No entanto, recusa-se uma medição de tipo mais estático ao status socioprofissional a partir da última profissão registada, antes defendendo-se a combinação de indicadores que em relação a esse momento permitam, de forma mais fina, reconstruir percursos dinâmicos. Entre esses indicadores sugere-se a razão para a saída do mercado de trabalho (desemprego; reforma antecipada; invalidez; pressão para assumir compromissos familiares, como a prestação de cuidados, entre outros) e o registo sobre as fontes de rendimento (assistência, pensões, rendimento de propriedades, rendimento de produtos financeiros, entre outros). A lógica será a de combinar a classificação que decorre da atribuição de status profissional a partir do

grupo profissional com a materialização de facto desse status em recursos diretamente emergentes da posição passada do indivíduo no mercado de trabalho. Ou seja, se é verdade que a posição do indivíduo definida enquanto profissão determina, em larga medida, o conjunto de oportunidades e estratégias que tem à sua disposição para acumular recursos, é necessário não só medir essas oportunidades, mas também até que ponto elas se concretizam em realidades ou condições subjetivas de existência. Mais do que as condições subjetivas de oportunidades criadas, são as condições objetivas da sua materialização que vão, em larga medida, determinar as condições de vida do idoso. Na discussão desta dimensão mais material de acumulação de recursos acaba por assumir um papel importante o enquadramento institucional no domínio da proteção social. Pertencer a diferentes grupos profissionais significa ter acesso a diferentes sistemas de proteção social, ter acesso diferenciado a planos complementares de rendimento, ter diferentes comportamentos no domínio da poupança e do investimento (refs.), dimensões que o conceito de classe social deverá ser capaz de acomodar quando aplicado à população idosa.

3.2. Indicadores de posse de capitais

A lógica de leitura do espaço social como um espaço multidimensional onde cada indivíduo tem as suas coordenadas definidas pela quantidade e composição dos diferentes tipos de capitais que possui, numa linha de influência mais uma vez weberiana, sustenta o conceito de classe social no conjunto de condições materiais, sociais e simbólicas que indivíduos de certas «profissões» tendem a partilhar e que concorrem para que se assemelhem num conjunto de comportamentos e formas de estar. Este argumento é um dos pilares conceptuais de propostas como a de Bourdieu, por exemplo, um autor que foge às classificações que considera simplistas das tipologias de classes sociais.

A lógica da medição da posse e controle sobre capitais deverá decorrer em duas esferas distintas: uma mais diretamente ligada à análise de capitais materiais, outra mais diretamente ligada à análise de capitais sociais e simbólicos. Embora possamos argumentar que as duas dimensões estão inerligadas, por razões operacionais convirá medi-las de forma independente. O argumento geral é o de que a medição do capital acumulado e mobilizável funciona como um bom proxy para descrever os processos de

acumulação que foram desenvolvidos ao longo da vida, eles próprios muito associados aos trajetos no mercado de trabalho, mas reproduzindo lógicas que ganham vida própria fora desses trajetos.

Entre o capital material, os indicadores a considerar incluem não só o recurso material rendimento disponível, mas também um conjunto diversificado de suportes materiais que, na linha das propostas de Peter Townsend, representam bem percursos de oportunidades ou de falta delas que permitem ou não a acumulação de recursos que podem dar muito jeito para responder a certos eventos que com maior probabilidade se verificam com o avançar da idade. Exemplo desses recursos são aqueles relacionados com o espaço habitacional, não só em termos de condições de conforto habitacional, mas também em termos mais relacionais (tipo de habitação; localização da habitação; condições de mobilidade). Há um potencial grande de fertilização mútua, a este respeito, entre as teorias das classes sociais e as teorias dos indicadores sociais de inclusão. Se às primeiras parece faltar algum alcance empírico e multidimensionalidade para descrever de forma satisfatória a forma como diferentes posições na estrutura social hierarquizada se traduzem, de facto, em condições objetivas de vida desiguais, às segundas parece faltar o substrato teórico que fundamente e explique a origem social das desigualdades materialmente observáveis (Lopes, 2011).

No domínio dos capitais sociais, culturais, simbólicos e relacionais incluir-se-ão indicadores relativos à densidade das redes sociais disponíveis (familiares, de vizinhança, sociabilidades com ex-colegas de trabalho), mas também indicadores de participação na comunidade (envolvimento em organizações de variados tipos). Esta dimensão é de crucial importância na população idosa naquilo que representa de potencial de diferenciação em termos das oportunidades disponíveis para responder a alguns dos desafios próprios da velhice.

Trabalhar com classes sociais entendidas como sistemas hierarquizados de desigualdades significa que os indivíduos podem ser diferenciados hierarquicamente, segundo um ou mais critérios, em classes ou estratos.

Sejam as leituras de tipo mais estrutural, de influência marxista e tendencialmente unidimensionais como as de Olin Wright, particularmente influentes

no contexto norte-americano; sejam as leituras igualmente estruturalistas mas de influência weberiana e multidimensionais como as propostas de Goldthorpe e as tipologias de status socioeconómico; sejam, ainda, as leituras mais plásticas como as de Bourdieu que procuram desvendar os mecanismos que ligam as estruturas às práticas e que concorrem para a consolidação e reprodução de posições de classes; o objetivo central de todos é discriminar como as condições de existência que têm uma origem social se transformam em oportunidades e em desigualdades.

Nesse sentido, o desafio parece ser o de procurar desenvolvimentos teóricos ao nível do conceito de classe social que o tornem mais sensível aos factores específicos que produzem efeitos da mesma ordem daqueles que tradicionalmente se captam como efeitos da posição nas relações sociais de produção e que marcam a população idosa que já saiu do mercado de trabalho.